

Fonte O Estado de São PauloClass.: 23Data 29/05/77Pg.: 134

Conflitos pela terra, um desafio na Amazônia

Há pelo menos 21 áreas de tensão social na Amazônia, em consequência de conflitos pela posse da terra, envolvendo posseiros e supostos proprietários. Órgãos oficiais, como a Sudam e o INCRA, chegam à conclusão de que a agricultura está decrescendo, ao invés de desenvolver-se. Depois de ter sido o responsável por boa parte dos problemas, que hoje procura resolver, o governo, com uma pesada máquina burocrática, não consegue acompanhar o ritmo dessa frente pioneira, na qual se confundem — ou se chocam — o empresário, o posseiro, o invasor, o "grileiro", o "gato" e o próprio técnico governamental. É o que mostra a série de reportagens que publicamos a partir de hoje, até sexta-feira, com dados coletados pelos repórteres Lucio Flávio Pinto, Elson Martins, Walter Rodrigues, Oscar Ramos Gaspar, Raymundo Costa, Lucio Albuquerque, Manoel Lima e Eliana Lucena. Coordenação e texto final de Lucio Flávio Pinto.

Quando deixar de chover na Amazônia, a partir de junho, tudo recomendará novamente: entre 100 a 150 mil nordestinos, sobretudo maringáenses, serão trazidos de seus pobres povoados do interior para derrubar grandes árvores e preparar pastagens numa floresta que desconhecem e lhes é hostil; milhares de famílias de lavradores começarão a chegar, estabelecendo-se sobretrato em Rondônia, Acre e sul do Pará, à procura de um pedaço de terra; outras, que já o obtiveram, serão ameaçadas de expulsão e, em vários casos, terão que procurar outra área; em pelo menos 4,4 milhões de hectares haverá 10.342 famílias de posseiros brigando com grandes proprietários, enquanto grandes grupos tentarão regularizar a situação de 5,4 milhões de hectares que estão "grilados" em apenas seis áreas amazônicas; advogados serão recrutados para desfazer situações litigiosas ou resolver manobras irregulares; milhares de hectares de terras continuariam sendo vendidos e revendidos, os órgãos públicos, procurados com insistência, tentarão inutilmente acompanhar todos esses movimentos. Eles formam a dinâmica da maior e mais agressiva frente pioneira do País: a Amazônia.

Para conquistar-la de vez, o governo federal decidiu construir grandes estradas e colonizar-las com mão-de-obra excedente de outras regiões, iniciando um processo de ocupação que deveria ser ordenado. Mas depois de ter sido o responsável pela criação de boa parte dos problemas que hoje procura resolver, o governo não consegue acompanhar, com a pesada e frequentemente irracional máquina burocrática que montou na Amazônia, o ritmo da frente pioneira, na qual por vezes se confundem o empresário, o posseiro, o invasor, o "grileiro", o "gato" e o próprio técnico governamental; ou se chocam.

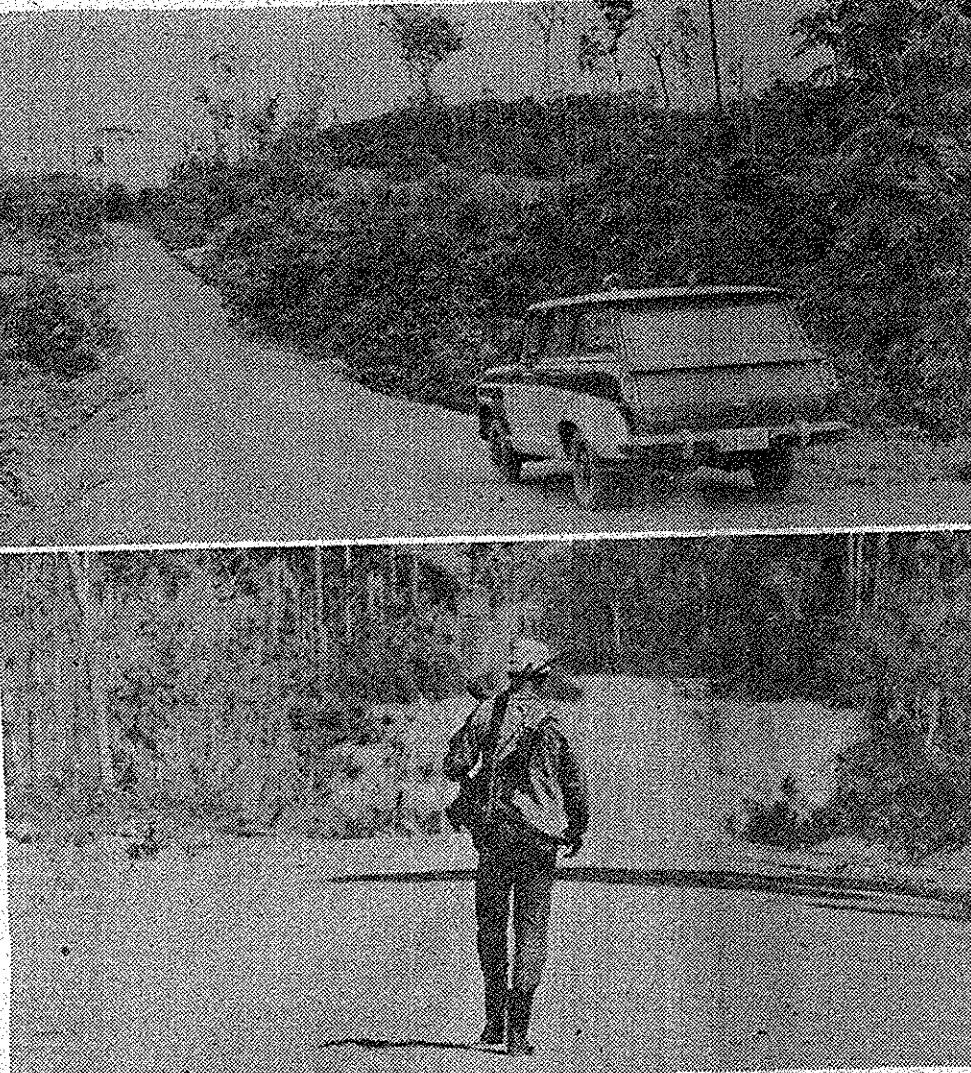
Há pelo menos 21 áreas de tensão social causada por conflitos entre posseiros e supostos proprietários, e os problemas, em algumas delas, têm a duração do próprio projeto oficial de colonização: seis anos. Ou mesmo antecedem esse esforço mais recente, desafiando a capacidade dos órgãos oficiais para encontrar

uma solução. Certas áreas da Amazônia, embora mal ocupadas e com inexplicável atividade econômica, são tidas como "congestionadas": nos municípios de Santana do Araguaia e Conceição do Araguaia, no Pará, ou Barra do Garças, em Mato Grosso, que juntos possuem 172 mil quilômetros quadrados, ou 17,2 milhões de hectares, não havia mais terras desocupadas, embora essas regiões continuem inóspitas e economicamente insignificantes.

Apesar do grande número de transações imobiliárias (grandes grupos compraram nos últimos três anos ou estão comprando sete milhões de hectares), na verdade há pouco desenvolvimento rural. Mesmo órgãos oficiais, como Sudam e INCRA, têm chegado à constatação de que a agricultura cresce ao invés de desenvolver-se e que o colono vê-se transformado em posseiro, enquanto o agricultor tradicional da região é expulso para as cidades (fenômeno de graves proporções, no Acre, onde 40 mil famílias de seringueiros não conseguem se ajustar à nova situação criada pela substituição dos seringais pelas fazendas).

Não há segurança quanto à propriedade da terra, tanto para o posseiro amparado pela Constituição como para o proprietário que compra títulos falsificados. A posse é reconhecida como uma forma de propriedade legítimável, mas, quando a defende, o lavrador não encontra amparo legal. Como o poder público ainda não tem condições de dar uma solução rápida aos muitos conflitos que surgem em consequência dessa indefinição, proprietários e posseiros sentem-se desimpedidos para resolver diretamente seus litígios. Como reconhecem os próprios técnicos, o Estado tem se limitado a resolver problemas de fato, em grande parte criados por sua omissão. Se fosse considerado uma empresa, estaria falido: nunca avança.

A Amazônia foi classificada por Euclides da Cunha como a página do Gênesis ainda não escrita. Ao se propor a escrevê-la, o governo precisa evitar que as manchas e garranchos, já em proliferação, comprometam definitivamente a escrita dessa página.



Os conflitos envolvem posseiros, invasores, grileiros e policiais

PRINCIPAIS ÁREAS DE TENSÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA LEGAL

LOCAL	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS	CONSEQUÊNCIAS
Seringal Nova Empresa, no Acre	7.000	400 (ou 2.000 pessoas)	— Os posseiros não aceitaram proposta feita pelos compradores do seringal.	— Jagunços contratados pelos fazendeiros incendiaram casas dos posseiros, que em represália queimaram um barracão da empresa.
Seringal Catuaba, no Acre	87.000	900 (ou 4.500 pessoas)	— Com a venda do seringal começaram os problemas com os posseiros. A justiça federal sequestrou a propriedade.	— O Tribunal Federal de Recursos deu ganho de causa aos proprietários contra o INCRA. O Presidente da República considerou então a área de interesse social para fins de desapropriação.
Colônia Fazenda, Concessão do Araguaia, no Pará	69.000	3.645 (ou 17.225 pessoas)	— Criada pela igreja a colônia nunca foi precisamente demarcada, surgindo problemas de limites invasão por fazendeiros que expulsaram os colonos.	— O governo estadual tem procurado resolver a questão, mas com excessiva lentidão. É uma das áreas mais tensas e perigosas do Pará.
Água Branca, Paragominas, no Pará	1.500	260 (ou 600 pessoas)	Com títulos de propriedade anulados, um grupo de fazendeiros incidiu as casas dos lavradores, destruiu suas lavouras e começou a despejar.	A Contas propôs a desapropriação da área e o reassentamento dos colonos.
Fazenda Capaz, Paragominas, no Pará	103.000	260 (ou 1.300 pessoas)	Ocupando reudizada parte da propriedade, o norte-americano não pôde evitar que ela fosse ocupada e tentou expulsar os posseiros através de violência.	Após o choque entre posseiros e proprietários, a situação foi contornada, mas não solucionada. Novos conflitos podem ocorrer.
Fazenda Paraporã, São Domingos do Capim, no Pará	18.000	200 (ou 1.000 pessoas)	Expulsos violentemente das terras que ocupavam, os posseiros reagiram, matando um sargento da PM.	O Estado desapropriou a área, mas a empresa recorreu. A questão ainda não foi definida judicialmente.
Fazenda Perdidos, Conceição do Araguaia, no Pará	152.000	815 (ou 5.675 pessoas)	A Fundação Brasil Central distribuiu 36 lotes de terra, mas os beneficiários não ocuparam a área. Quando foram tomar posse nela, surgiram os problemas: uma empresa recebera títulos na mesma área e ela tinha ainda muitos posseiros.	Os posseiros atacaram soldados da PM que protegiam topógrafos do INCRA, matando dois deles. A igreja foi acusada de incitar os posseiros. Após os atritos, o INCRA distribuiu licenças de ocupação. Mas a propriedade da área ainda não foi definida.
Vale do Rio Buriticupu, no Maranhão	1.700.000	Impreciso, mas superior a 500	O Estado incorporou ilegalmente a área, retalhou a em lotes e vendeu. Mas a transação só poderá ser legalizada se a área for discriminada, e que está sendo feito lentamente.	Os proprietários, irritados com o Estado, começaram a usar a violência contra os posseiros, alguns já expulsos.
Fazenda União, em Diamantino, Mato Grosso	3.000	200 (ou 1.000 pessoas)	O fazendeiro Kuroyanagi vem usando todos os meios — do suborno à violência — para expulsar os posseiros da gleba que diz possuir.	Após suportar todos os ataques, os posseiros ajuizaram e venceram uma ação de manutenção de posse na justiça.
Gleba Itaporangá, em Rondônia	1.200.000	600 (ou 5.000 pessoas)	Omissão do INCRA, erro da Funai e uma complexa situação fundiária causada pela "grilagem" dos irmãos Melhoranza levaram ao conflito indígenas e colonos, com mortes dos dois lados.	INCRA e Funai decidiram permitir áreas para retirar os colonos da reserva indígena. Mas as duas partes continuam muito próximas e agressivas.

PS: Outros conflitos levantados mas não incluídos na listagem: seringais Niterói, Porvir, Bom Destino, Redenção e Extrema, no Acre; Nova Esperança, Vila de Itinga e Vila Palestina, no Pará; povoados Sabonete e Alto Brasil, no Maranhão; fazenda Arinha, Pontes de Lacerda, Cabeceirinha e gleba Águas Quentes, em Mato Grosso.

Os colonos chegam e povoam o deserto

"Aqui o melhor título é o maior machado". (Frase de um posseiro em Conceição do Araguaia, Pará)

Em novembro do ano passado, entroncamento das estradas PA-150 e PA-279, no Sul do Pará, era praticamente deserto: ambas as rodovias, de leito de terra batida, estavam em fase de construção ou conclusão e a área ainda era extremamente inóspita. Porém, bastou surgir a notícia de que o governo parense iria colonizar as margens da PA-279, ligando os municípios de Conceição do Araguaia a São Félix do Xingu, para que começasse a surgir colonos. "Houve dias que chegaram seis caminhões com mudanças, principalmente do Norte de Goiás, para que camionetes e kombis que também chegaram e continuam a chegar diariamente", informaram aturdidos dois técnicos da Secretaria de Agricultura do Estado num relatório de dezembro.

Hoje, o entroncamento virou um povoado com quase 1.500 casas e oito mil habitantes, com quatro serrarias, uma usina para beneficiamento de arroz, 30 casas comerciais e cinco igrejas protestantes. O crescimento tornou-se totalmente descontrolado desde que a Secretaria de Agricultura do Estado, verificando serem as terras onde pretendia realizar a colonização do domínio da União, resolveu pedir que o INCRA assumisse a responsabilidade pelo projeto. Até agora, INCRA ainda não decidiu o que fazer, mas enquanto os dois órgãos negociam, a população do povoado cresce: agora os colonos estão invadindo as terras atraídas pelas PA-279, uma estrada que avança rapidamente sobre terras férteis habitadas por índios Xikrin e Kayapó. Quando planejou fazer a colonização, a Secretaria mandara construir uma porteria na entrada da rodovia "para impedir as invasões e ordenar a ocupação".

Hoje, a estrada que avança rapidamente sobre terras férteis habitadas por índios Xikrin e Kayapó. Quando planejou fazer a colonização, a Secretaria mandara construir uma porteria na entrada da rodovia "para impedir as invasões e ordenar a ocupação".

TERRAS FRACAS

Por coincidência ou não, na mesma época em que desmoronavam os projetos sobre o controle da migração, surgiram teses garantindo a infertilidade das terras da Amazônia e sua inconveniência para a prática agrícola. Asseguravam alguns técnicos que apenas 10% das terras da região não apresentavam impedimentos à agricultura, esquecendo nessa aparente previsão catastrófica as dimensões amazônicas: reduzida a esse 10% agriculturáveis, a região ainda ofereceria 500 mil quilômetros quadrados razoavelmente férteis, com algumas "manchas" de terras roxas (com 100 mil hectares) e terras roxas (com 100 mil hectares) e terras roxas (com 100 mil hectares).

BLOQUEAR ENTRADA

Para alguns setores, construir porteiros em todos os pontos de ingresso na Amazônia Legal talvez fosse a solução para impedir o aceleradíssimo crescimento dos fluxos migratórios em direção à região (pelo menos 15 mil famílias por ano) nessa década entraram na Amazônia), que provavelmente assusta mais os proprietários de vastas áreas de terras, em geral pouco ocupadas, do que propriamente o governo. Ele tem sido pressionado para bloquear o ingresso de colonos na Amazônia, mas não está conveniente que esta é uma boa solução: até o ano passado, já era considerada utópica, hoje ela simplesmente é inviável.

POSSUEIRES

Para alguns setores, construir porteiros em todos os pontos de ingresso na Amazônia Legal talvez fosse a solução para impedir o aceleradíssimo crescimento dos fluxos migratórios em direção à região (pelo menos 15 mil famílias por ano) nessa década entraram na Amazônia), que provavelmente assusta mais os proprietários de vastas áreas de terras, em geral pouco ocupadas, do que propriamente o governo. Ele tem sido pressionado para bloquear o ingresso de colonos na Amazônia, mas não está conveniente que esta é uma boa solução: até o ano passado, já era considerada utópica, hoje ela simplesmente é inviável.

POSSUEIRES

Para alguns setores, construir porteiros em todos os pontos de ingresso na Amazônia Legal talvez fosse a solução para impedir o aceleradíssimo crescimento dos fluxos migratórios em direção à região (pelo menos 15 mil famílias por ano) nessa década entraram na Amazônia), que provavelmente assusta mais os proprietários de vastas áreas de terras, em geral pouco ocupadas, do que propriamente o governo. Ele tem sido pressionado para bloquear o ingresso de colonos na Amazônia, mas não está conveniente que esta é uma boa solução: até o ano passado, já era considerada utópica, hoje ela simplesmente é inviável.

POSSUEIRES

Para alguns setores, construir porteiros em todos os pontos de ingresso na Amazônia Legal talvez fosse a solução para impedir o aceleradíssimo crescimento dos fluxos migratórios em direção à região (pelo menos 15 mil famílias por ano) nessa década entraram na Amazônia), que provavelmente assusta mais os proprietários de vastas áreas de terras, em geral pouco ocupadas, do que propriamente o governo. Ele tem sido pressionado para bloquear o ingresso de colonos na Amazônia, mas não está conveniente que esta é uma boa solução: até o ano passado, já era considerada utópica, hoje ela simplesmente é inviável.

POSSUEIRES

Para alguns setores, construir porteiros em todos os pontos de ingresso na Amazônia Legal talvez fosse a solução para impedir o aceleradíssimo crescimento dos fluxos migratórios em direção à região (pelo menos 15 mil famílias por ano) nessa década entraram na Amazônia), que provavelmente assusta mais os proprietários de vastas áreas de terras, em geral pouco ocupadas, do que propriamente o governo. Ele tem sido pressionado para bloquear o ingresso de colonos na Amazônia, mas não está conveniente que esta é uma boa solução: até o ano passado, já era considerada utópica, hoje ela simplesmente é inviável.

POSSUEIRES

Para alguns setores, construir porteiros em todos os pontos de ingresso na Amazônia Legal talvez fosse a solução para impedir o aceleradíssimo crescimento dos fluxos migratórios em direção à região (pelo menos 15 mil famílias por ano) nessa década entraram na Amazônia), que provavelmente assusta mais os proprietários de vastas áreas de terras, em geral pouco ocupadas, do que propriamente o governo. Ele tem sido pressionado para bloquear o ingresso de colonos na Amazônia, mas não está conveniente que esta é uma boa solução: até o ano passado, já era considerada utópica, hoje ela simplesmente é inviável.

POSSUEIRES

Para alguns setores, construir porteiros em todos os pontos de ingresso na Amazônia Legal talvez fosse a solução para impedir o aceleradíssimo crescimento dos fluxos migratórios em direção à região (pelo menos 15 mil famílias por ano) nessa década entraram na Amazônia), que provavelmente assusta mais os proprietários de vastas áreas de terras, em geral pouco ocupadas, do que propriamente o governo. Ele tem sido pressionado para bloquear o ingresso de colonos na Amazônia, mas não está conveniente que esta é uma boa solução: até o ano passado, já era considerada utópica, hoje ela simplesmente é inviável.

POSSUEIRES

Para alguns setores, construir porteiros em todos os pontos de ingresso na Amazônia Legal talvez fosse a solução para impedir o aceleradíssimo crescimento dos fluxos migratórios em direção à região (pelo menos 15 mil famílias por ano) nessa década entraram na Amazônia), que provavelmente assusta mais os proprietários de vastas áreas de terras, em geral pouco ocupadas, do que propriamente o governo. Ele tem sido pressionado para bloquear o ingresso de colonos na Amazônia, mas não está conveniente que esta é uma boa solução: até o ano passado, já era considerada utópica, hoje ela simplesmente é inviável.

POSSUEIRES

Para alguns setores, construir porteiros em todos os pontos de ingresso na Amazônia Legal talvez fosse a solução para impedir o aceleradíssimo crescimento dos fluxos migratórios em direção à região (pelo menos 15 mil famílias por ano) nessa década entraram na Amazônia), que provavelmente assusta mais os proprietários de vastas áreas de terras, em geral pouco ocupadas, do que propriamente o governo. Ele tem sido pressionado para bloquear o ingresso de colonos na Amazônia, mas não está conveniente que esta é uma boa solução: até o ano passado, já era considerada utópica, hoje ela simplesmente é inviável.

POSSUEIRES

Para alguns setores, construir porteiros em todos os pontos de ingresso na Amazônia Legal talvez fosse a solução para impedir o aceleradíssimo crescimento dos fluxos migratórios em direção à região (pelo menos 15 mil famílias por ano) nessa década entraram na Amazônia), que provavelmente assusta mais os proprietários de vastas áreas de terras, em geral pouco ocupadas, do que propriamente o governo. Ele tem sido pressionado para bloquear o ingresso de colonos na Amazônia, mas não está conveniente que esta é uma boa solução: até o ano passado, já era considerada utópica, hoje ela simplesmente é inviável.

POSSUEIRES

Para alguns setores, construir porteiros em todos os pontos de ingresso na Amazônia Legal talvez fosse a solução para impedir o aceleradíssimo crescimento dos fluxos migratórios em direção à região (pelo menos 15 mil famílias por ano) nessa década entraram na Amazônia), que provavelmente assusta mais os proprietários de vastas áreas de terras, em geral pouco ocupadas, do que propriamente o governo. Ele tem sido pressionado para bloquear o ingresso de colonos na Amazônia, mas não está conveniente que esta é uma boa solução: até o ano passado, já era considerada utópica, hoje ela simplesmente é inviável.

POSSUEIRES

Para alguns setores, construir porteiros em todos os pontos de ingresso na Amazônia Legal talvez fosse a solução para impedir o aceleradíssimo crescimento dos fluxos migratórios em direção à região (pelo menos 15 mil famílias por ano) nessa década entraram na Amazônia), que provavelmente assusta mais os proprietários de vastas áreas de terras, em geral pouco ocupadas, do que propriamente o governo. Ele tem sido pressionado para bloquear o ingresso de colonos na Amazônia, mas não está conveniente que esta é uma boa solução: até o ano passado, já era considerada utópica, hoje ela simplesmente é inviável.

POSSUEIRES